

Contribuições relativas ao financiamento da Ciência em Portugal

Apesar das suas imperfeições, a maior das quais é a “irregularidade” do fluxo de dinheiro para projectos e bolsas, o actual sistema de financiamento serviu para alargar e consolidar o número e dispersão geográfico-institucional dos investigadores universitários em Portugal. O sistema abateu barreiras entre grandes e pequenos permitindo deixar brilhar muitos jovens cientistas que, de outro modo, dificilmente teriam tido uma chance face aos “maiores interesses instalados”.

O efeito perverso deste modelo está bem comentado no texto “A Ciência em Portugal” apresentado pela Comissão Parlamentar de Educação e Ciência e consiste na atomização do financiamento a qual tem como ainda pior consequência a atomização dos saberes e do “know-how”. Por outras palavras: os investigadores não partilham o seu conhecimento com colegas que serão, à partida, seus competidores. Acomodam-se ao pequeno projecto de nicho, mesmo que aparentemente brilhante, e renunciam à abordagem das grandes questões que cada vez mais são multi- e transdisciplinares. Nunca poderão ser internacionalmente competitivos por falta de massa crítica.

Não sei se esta atomização é a causa ou apenas mais um reflexo da total ausência de pensamento estratégico e de optimização de recursos na maioria das Universidades.

Como coordenador/co-coordenador de três concursos de projectos da FCT na área da Química no início da década de 2000, tenho já de há longo tempo a noção exacta de que esta atomização do financiamento por projectos é altamente perniciosa, insustentável e não serve a comunidade científica nem o País a longo prazo.

Os problemas causados pela proliferação dos projectos e dos Investigadores Principais agravam-se com o facto de a atribuição de Bolsas ser feita de forma totalmente independente do financiamento dos projectos. Acertar o passo entre bolsas, projectos e estratégias universitárias é obviamente uma tarefa impossível.

A alteração deste quadro é urgente e penso que passa (parcialmente e de forma faseada) por dar às instituições universitárias e científicas alguma da capacidade de gestão e atribuição de verbas disponíveis para financiamento científico.

Primeiro avaliem-se as instituições e seus colaboradores científicos (já está feito?).

Com as melhores (NÃO é com todas!!!!) assinem-se contratos de desenvolvimento científico dentro das áreas estratégicas nas quais elas tiverem maiores interesses e vantagens competitivas.

Financiem-se esses contratos em envelope, com milestones e o que demais é usual, e deixe-se às ditas instituições a capacidade de gerir as verbas e projectos como melhor entenderem e de conceder bolsas aos colaboradores (PhD, post-doc, investigadores convidados, etc) que melhor se adequem a esses projectos.

No fim de cada ciclo/contrato (5 anos?) avaliem-se os resultados e promovam-se ou demovam-se, responsáveis, instituições, investigadores, áreas científicas, etc. de acordo com os resultados dessa avaliação.

Assim julgo que se podem desenhar estratégias de médio/longo prazo, financiá-las e executá-las numa forma concertada e obter resultados internacionalmente competitivos.

ITQB, Oeiras, 21 Setembro 2010.



Carlos C. Romão